



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
Rua João Batista Parra, 575 - Bairro Praia do Suá - CEP 29052-123 - Vitória - ES

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (DEMANDAS DE TIC) Nº 01/2022 - TRE-ES/PRE/DG/STI/CSE/SPO

(este documento deve seguir as orientações da Resolução TRE/ES nº 261/2018)

Sumário

ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO.

1. Caracterização da Demanda.
2. Especificação dos Requisitos Funcionais.
3. Especificação dos Requisitos Tecnológicos.
4. Identificação e Comparação das Soluções Aderentes.
5. Indicação da Necessidade de Adequação Ambiental.

ANÁLISE DE RISCOS.

6. Relação dos possíveis riscos.

ANÁLISE DE SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO.

7. Recursos Materiais e Humanos.
8. Descontinuidade do Fornecimento.

Anexo A - Lista de Potenciais Fornecedores.

Anexo B - Contratações Públicas Similares.

ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

1. CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA

DESCRIÇÃO SUCINTA

1.1. Trata-se de contratação de serviço para emissão e validação de certificados digitais, contemplando tipos distintos com características específicas por meio de Autoridade Certificadora para emissão de Certificados Digitais;

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE E RESULTADOS

1.2. **Para certificados digitais A3, pessoa física:** Sua aquisição se justifica em razão da necessidade de utilização de assinaturas digitais em aplicações de uso essencial para o Tribunal, como, por exemplo, na publicação do Diário Eletrônico, o envio da GFIP, assinaturas de processos judiciais eletrônicos etc. É importante esclarecer que os certificados são pessoais e intransferíveis, diante disso e em razão da natural movimentação no quadro de servidores, tanto em termos de ingresso de pessoas novas, quanto em termos de alterações na ocupação de cargos, é imprescindível a manutenção de um serviço que permita a emissão, sob demanda, de novos certificados;

1.3. **Para certificados digitais A3, pessoa jurídica, e-CNPJ:** Este certificado é emitido para o Presidente do TRE/ES. O certificado do tipo A3 para pessoa jurídica é imprescindível, pois permite ao Presidente, ou alguém sob sua delegação, acessar, por exemplo, o site Conectividade Social e conceder procurações, uma com as procurações, os servidores (pessoa física) usam seus certificados A3 e-CPF para acessar os ambientes. Esse tipo de certificado é necessário para realizar outorga de procuração eletrônica a servidores

do TRE/ES no “Conectividade Social – ICP”, a fim de permitir o envio mensal obrigatório à Caixa Econômica Federal dos arquivos SEFIP que compõem a GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência). O uso desse tipo de certificado também é necessário no Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP, que permite o registro das penalidades de suspensão ou impedimento de licitar e contratar impostas às empresas, pela via administrativa ou em decorrência de decisões dos juízos eleitorais;

1.4. Para certificado Servidor Tipo A1 e-CPNJ: Permitir que dados a serem gerados possam ser assinados digitalmente em nome da pessoa jurídica do TRE/ES, garantindo a autenticidade e integridade dos dados a serem gerados e transmitidos para a plataforma do e-SOCIAL. Essa garantia de autenticação e segurança na comunicação entre o usuário e o site torna-se fundamental no trato das informações geradas e transmitidas, o que justifica a aquisição em apreço;

1.5. Para contratação de visitas locais: A partir das necessidades apontadas nos itens anteriores, torna-se imprescindível que os titulares dos certificados os recebam o mais prontamente possível. O atendimento local, além de agilizar as emissões, reduz o tempo de afastamento do servidor de suas atividades. Autoridades, como o Presidente do Tribunal, possuem pouco tempo disponível para realizar deslocamentos somente com o objetivo de realizar a emissão de certificados. O cálculo aproximado é que sejam realizadas até 10 (dez) visitas individuais, cobrindo a maior parte das autoridades – Presidente, Corregedor, Magistrados, Diretor Geral – e 13 (treze) visitas locais com atendimento de pelo menos 11 (onze) titulares, que cobre com folga o total previsto de 206 emissões para pessoas físicas, com a possibilidade de emissão pela via remota, é razoável e economicamente viável, que o Tribunal realize um máximo de 23 (vinte e três) previsões de visitas locais. Estas visitas podem ser individuais, para o atendimento de autoridades, como também em lote, para a emissão conjunta de vários certificados e só são pagas quando efetivamente agendadas pelo gestor contratual. Adicionalmente estarão autorizadas emissões de certificados pela via remota como autoriza a Instrução Normativa ITI nº 5/2021 (A coleta de dados biométricos na modalidade presencial deve ser feita de forma assistida (acompanhada) por um agente de registro (AGR). Na modalidade remota por videoconferência, a coleta de dados biométricos deverá ser realizada pela captura de face (frame) do requerente durante a videoconferência de forma assistida e, opcionalmente, pela coleta das impressões digitais do requerente de forma não assistida e assíncrona à videoconferência, para execução do batimento biométrico junto a uma base oficial nacional ou PSBio). Não havendo possibilidade de emissão de certificado presencialmente ou para redução dos custos de deslocamento dos servidores até Vitória, no caso de cartórios eleitorais, a Administração poderá autorizar a emissão na modalidade remota.

RESULTADOS (OBJETIVOS)

1.6. Objetiva-se a obtenção, sob demanda, de uma quantidade determinada de certificados válidos (estimado em até 206 (duzentos e seis) certificados, tipo A3, e-CPF, pessoa física, com validade de 3 (três) anos;

1.7. A obtenção, sob demanda, de até 2 (dois) certificados válidos, tipo A3, pessoa jurídica, e-CNPJ, com validade de 3 (três) anos;

1.8. A obtenção, sob demanda, de até 2 (dois) certificados válidos Servidor tipo A1, e-CNPJ, para instalação em equipamento servidor, com validade de 1 (um) ano;

1.9. A realização de visitas locais para emissão de certificados.

2. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS FUNCIONAIS

REQUISITOS DE NEGÓCIO

2.1. Manter um contrato continuado que permita a emissão de novos certificados e sob demanda;

2.2. Permitir a garantia tanto da autenticidade de sites, quanto da segurança da comunicação entre o site e seus usuários por meio da criptografia das informações trafegadas;

2.3. Permitir que a pessoa jurídica do TRE/ES assine digitalmente documentos e efetive transações via internet com garantia de privacidade, autenticidade, integridade e inviolabilidade;

2.4. Permitir que pessoas físicas assinem digitalmente documentos e/ou realizem autenticação em sistemas eletrônicos que utilizem a tecnologia de assinatura digital com o uso de certificados digitais;

REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO, AMBIENTAIS, CULTURAIS E SOCIAIS

2.5. A solução deverá prover manual de operações em língua portuguesa, contendo linguagem clara e objetiva, preferencialmente em formato eletrônico ou em sítio WEB;

2.6. As mensagens e avisos emitidos pela solução deverão ser em língua portuguesa;

REQUISITOS DE MANUTENÇÃO E GARANTIA

2.7. A solução deverá garantir autenticação de usuários prevista dentro da validade do certificado;

2.8. Caso ocorra algum problema na solução fornecida, a Contratada deverá providenciar a substituição ou correção do(s) certificado(s) fornecidos;

REQUISITOS TEMPORAIS

2.9. Tipo A3 e-CPF, pessoa física: validade de **3 (três) anos**, contados a partir da data da emissão;

2.10. Tipo A3, pessoa jurídica, e-CNPJ: validade de **3 (três) anos**, contados a partir da data da emissão;

2.11. Tipo Servidor A1 e-CNPJ: validade de **1 (um) ano**, contado a partir da data da emissão;

3. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS TECNOLÓGICOS

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS

3.1. Padrão tipo A3 para pessoas físicas e-CPF

1. Padrão tipo A3 e-CNPJ para a pessoa física TRE/ES;
2. Permitir a autenticação segura, usando criptografia e assinatura digital, dos usuários cadastrados em sistemas disponíveis na intranet e na internet;
3. Permitir o armazenamento em mídia do tipo Token.

3.2. Padrão tipo A3 e-CNPJ para a pessoa jurídica TRE/ES;

1. Padrão tipo A3 para a pessoa jurídica TRE/ES;
2. Permitir a autenticação segura, usando criptografia e assinatura digital, dos usuários cadastrados em sistemas disponíveis na intranet e na internet;
3. Permitir o armazenamento em mídia do tipo Token.

3.3. Padrão Servidor tipo A1 e-CNPJ para criptografia e assinatura de informações;

1. Permitir a autenticação segura, usando criptografia e assinatura digital, dos usuários cadastrados em sistemas disponíveis na intranet e na internet;
2. Permitir a comunicação entre servidores WEB segura para realizar o estabelecimento de sessões de criptografia com assinatura digital e por meio de protocolos utilizados na WEB;
3. Permitir o armazenamento em dispositivo computador tipo servidor.

CARACTERÍSTICAS DE EMISSÃO

3.4. O processo de emissão do certificado nas autoridades de registros deverá estar em conformidade com as orientações do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI – quanto aos procedimentos e

documentação exigida;

3.5. Para os casos em que a utilização dos certificados exija o armazenamento em mídias criptográficas, a contratada deverá fornecer tais mídias;

3.6. A emissão dos certificados Tipo A3 será realizada no local indicado pelo representante da contratada, na cidade de Vitória/ES. **Contudo, a contratada deverá prever visitas locais para emissão e validação na sede do contratante.** Os atendimentos com visita à sede do contratante poderão ser individuais ou para emissão de vários certificados;

COMPATIBILIDADE

3.7. Todos os certificados deverão possuir compatibilidade com os navegadores WEB: Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome;

3.8. Todos os certificados deverão ser compatíveis com os sistemas operacionais Windows 10 e versões superiores.

DE GARANTIA E MANUTENÇÃO

3.9. O prazo de garantia de correção e atualização do objeto, motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes ICP-Brasil, será igual ao período de validade do certificado;

3.10. A Contratada deverá manter central de atendimento, pelo menos no horário das 12 (doze) às 18 (dezoito) horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

ANÁLISE DA DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA

3.11. O fornecimento, em tese, pode ser realizado por diversas empresas e autoridades certificadores, não acarretando qualquer dependência tecnologia.

4. IDENTIFICAÇÃO E COMPARAÇÃO DAS SOLUÇÕES ADERENTES

4.1. ***Solução única*** – Serviço de emissão e validação de certificados;

4.2. ***Descrição da Solução:*** Solução de Certificação Digital para contratação de empresa para emissão de Certificados Digitais no padrão ICP-Brasil tipos A3, A3 para pessoa jurídica (e-CNPJ), Servidor tipo A1, para Servidor, com fornecimento de mídias criptográficas para autenticação de pessoas físicas e pessoa jurídica que realizam atividades que requeiram assinatura digital eletrônica;

4.3. O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) relaciona as autoridades certificadoras no endereço eletrônico <http://www.iti.gov.br/icp-brasil/estrutura>.

ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO

4.6. A estimativa preliminar, que consta no Plano de Contratações 2022, é de R\$ 56.737,30 (cinquenta e seis mil setecentos e trinta e sete reais e trinta centavos);

ADERÊNCIA DA SOLUÇÃO AO MNI

4.7. não se aplica à presente contratação;

ADERÊNCIA DA SOLUÇÃO AO ICP-BRASIL

4.8. Os certificados devem obedecer às regulamentações estabelecidas na ICP-Brasil;

ADERÊNCIA DA SOLUÇÃO AO MOREQ-JUS

4.9. não se aplica à presente contratação;

INDICAÇÃO DA STIC ESCOLHIDA

4.10. Aquisição de certificados conforme subitem 4.1. A aquisição se trata da única solução possível.

RELAÇÃO ENTRE DEMANDA PREVISTA E A STIC

4.11. **Para certificados digitais A3, pessoa física:** o quantitativo previsto tem fundamento na necessidade de emissão de certificados digitais para os servidores dos cartórios eleitorais, para alguns servidores da sede e na necessidade de se manter um quantidade reserva para eventuais substituições;

1. A necessidade de operar o PJE mídias motiva a aquisição de um certificado para cada servidor lotado em cartório eleitoral. Em consulta à Seção de Banco de Dados foi informado que a quantidade de servidores do quadro (EFETIVOS e REMOVIDOS PARA ESTE TRIBUNAL) lotados em cartórios são:

MUNICÍPIO	Número de Servidores
INTERIOR	89
VILA VELHA	11
SERRA	10
VITÓRIA	9
CARIACICA	8
Total de servidores em cartório:	127

2. A gestão contratual do atual contrato de fornecimento de certificados digitais apresentou relatório das emissões dos certificados. Analisando os certificados emitidos e a vencer, tem-se a seguinte tabela, que demonstra que até o segundo trimestre do ano de 2023, um total de 29 certificados vencerão, logo precisarão de substituição no próximo período contratual.

Ano	Trimestre	Certificados a vencer
2022	Trim2	4
	Trim3	5
	Trim4	4
2023	Trim1	6
	Trim2	10
	Totalizando:	29

3. Para cobrir as necessidades de substituições, eventuais afastamentos, remoções e outros eventos imprevisíveis, estima-se que um total de 50 certificados é suficiente. Dessa forma, há uma previsão de emissão de certificados de $127 + 29 + 50 = 206$ certificados.

4.12. **Para certificados digitais A3, pessoa jurídica, e-CNPJ:** São previstos 1 certificado como principal e mais um adicional cobrindo a eventualidade de necessidade de substituição do titular do certificado no Tribunal.

4.13. **Para certificado Servidor Tipo A1 e-CPNJ:** há necessidade de uma emissão anual, devido à validade do certificado, porém adiciona-se a possibilidade de mais uma emissão para o caso de eventual reemissão do certificado frente à eventual substituição do titular.

4.14. **Para contratação de visitas locais:** O cálculo aproximado é que sejam realizadas até 10 visitas individuais, cobrindo a maior parte das autoridades – Presidente, Corregedor, Magistrados, Diretor Geral – e 13 visitas locais com atendimento de pelo menos 16 titulares, que cobre o total previsto de 206 emissões para pessoas físicas. Considerando a possibilidade de emissão de certificados pela via remota, é razoável e economicamente viável, que o Tribunal realize um máximo de 23 (vinte e três) previsões de visitas locais.

5. INDICAÇÃO DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AMBIENTAL

5.1. não há adequação necessária nos aspectos de infraestrutura, tecnológica, infraestrutura elétrica, logística de implantação, espaço físico, mobiliário e impacto ambiental.

ANÁLISE DE RISCOS

6. RELAÇÃO DOS POSSÍVEIS RISCOS

RISCO 1	O certificado não ser emitido corretamente ou não funcionar corretamente quando da utilização.	
Probabilidade (Alta, média ou baixa)	Baixa	
	Efeito (Dano)	*Impacto
1	Assinatura digital ou autenticação não ser realizada.	Alto
	Ações de Mitigação e Contingência	Responsável
1	Acompanhar a realização de testes logo após a emissão e validação dos certificados.	STI/CAD, Gestão e fiscalização do contrato.
2	Exigir a reemissão do certificado que, eventualmente, não sejam emitidos ou não funcionarem corretamente.	Gestão e fiscalização do contrato.

*Impacto (Baixo, Médio ou Alto)

ANÁLISE DE SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO

7. RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS

7.1. Todos os recursos materiais e humanos para emissão/validação dos certificados deverão ser fornecidos pela contratada;

8. DESCONTINUIDADE DO FORNECIMENTO

8.1. Caso o fornecimento dos certificados seja interrompido, sem justificativa aceita pelo contratante, a contratação deverá prever sanções à contratada e a responsabilização civil e criminal por eventuais prejuízos à Administração.

ANEXO A - LISTA DE POTENCIAIS FORNECEDORES

	Fornecedor
1	Nome: SERPRO Sítio: http://www.serpro.gov.br/linhas-negocio/certificacao-digital Telefone: 08007282323 E-mail: css.serpro@serpro.gov.br
2	Nome: CERTISIGN Sítio: https://www.certisign.com.br Telefone: São Paulo: 3478-9444; demais localidades: 0300-789-2378 E-mail: comercial@certisign.com.br
3	Nome: SERASA EXPERIAN Sítio: https://serasa.certificadodigital.com.br Telefone: (11) 3373-7272, 3004 7728, 0800 773 7728

Fornecedor	
4	Nome: VALID CERTIFICADORA DIGITAL Sítio: http://www.validcertificadora.com.br Telefone: São Paulo: 3004-3454; demais localidades: 0800 725 4565 E-mail: comercial.certificadora@valid.com.br
5	Nome: SOLUTI CERTIFICAÇÃO DIGITAL Sítio: https://site.solutinet.com.br/2015/ Telefone: +55 (62) 39996000 3412-0212 3412-0213
6	Para mais autoridades certificadoras consulte: http://www.it.gov.br/icp-brasil/estrutura

ANEXO B - CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SIMILARES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, CONTRATO TRE/ES realizado no processo nº 10.330/2018.

Equipe de planejamento da contratação (Portaria DG n. 442/2020).

Integrante Demandante: Bueno Borges de Souza (Substituto: Rogério Pereira Gualberto)

Integrante Técnico: Rogério Pereira Gualberto (Substituto: Bueno Borges de Souza)

Integrante Administrativo: Carlos Alberto da Rocha Pádua Filho (Substituto: Marcos Venturott Ferreira)

Vitória, 17 de março de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO DA ROCHA PADUA FILHO, Coordenador(a)**, em 22/03/2022, às 13:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROGERIO PEREIRA GUALBERTO, Analista Judiciário**, em 22/03/2022, às 15:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **BUENO BORGES DE SOUZA, Analista Judiciário**, em 28/03/2022, às 16:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0706851** e o código CRC **81BEC108**.